

DEPOIS DA LIBERAÇÃO DOS PREÇOS

Duro aprendizado

Apesar das vicissitudes, o álcool brasileiro pode conseguir um espaço privilegiado no mercado de combustíveis

JOSÉPILON

Na década de 90, o Brasil viveu uma modificação profunda na relação entre os agentes econômicos e o Estado. O processo de globalização da economia, associado à inanição financeira do poder público, forçou uma transformação do caráter do Estado brasileiro, inaugurando um período de privatizações e prevalência das leis de mercado.

PASSAGEM ACIDENTADA

O programa do álcool brasileiro, surgido na esteira da crise do petróleo, experimentou também grandes transformações. O poderoso Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA – já não existe mais. Os preços do açúcar no mercado interno deixaram de ser tabelados no início dos anos 90; as exportações de açúcar, antes contingenciadas por meio de cotas, foram liberadas a partir da safra 1997/98; o álcool anidro deixou de ser tabelado em maio de 1997; finalmente, os preços do álcool hidratado e da cana-de-açúcar foram definitivamente liberados em janeiro de 1999, ainda que na prática isso tivesse acontecido quase um ano antes.

Essa passagem, no entanto, não ocorreu de forma planejada e tranqüila. O Estado paternalista saiu abruptamente do negócio e as conseqüências foram drásticas para a agroindústria canavieira, sobretudo no que diz respeito ao álcool combustível, exatamente por tratar-se de um produto com mercado ainda restrito ao Brasil e, mesmo assim, sujeito a políticas públicas.

Ao contrário da promessa do governo de que não haveria perda de renda, os produtores brasileiros amargaram nas últimas três safras (de 1997/98 a 1999/00) resultados financeiros amargos no álcool, que acabaram por afetar também os preços do açúcar, sobretudo no mercado externo.

REEQUILIBRANDO OFERTA E DEMANDA

Contaminado por excedentes da ordem de 2,3 bilhões de litros e pela falta de liquidez resultante do caráter sazonal da produção e ausência de financiamento para estoques, o álcool hidratado, que em maio de 1997 estava tabelado em R$0,41, chegou a ser vendido a R$0,16 e apenas no final de 1999 voltou ao patamar de 1997.

Os produtores buscaram alternativas próprias para reduzir os excedentes e reequilibrar oferta e demanda de produtos setoriais. Foi criada a Brasil Álcool, sociedade com propósito específico, para esterilizar excedentes do produto; houve também um redirecionamento no *mix* de produção, com aumento significativo do açúcar, visando ao mercado externo. Isso causou um aumento nas exportações de 1999 em relação às de 1998 da ordem de 44,81% e uma queda de 32,05% no preço médio por tonelada, fruto da agressividade brasileira no mercado internacional.

A duras penas e com uma perda de renda de mais de 30% nas últimas safras, o setor está conseguindo se reequilibrar. Mas é fundamental que o governo não confunda intervencionismo com ausência de política pública.

CONDIÇÕES DE EQUILÍBRIO

O álcool tem importância estratégica para o país no que diz respeito ao emprego rural, ao meio ambiente e à segurança

energética. Algumas questões são vitais para garantir o equilíbrio dessa atividade em regime de livre mercado:

- diferenciação tributária entre o álcool, limpo e renovável e o petróleo, finito e poluidor;
- fiel cumprimento da lei brasileira que determina adição de 24% de álcool anidro à gasolina;
- estímulo à produção de carros a álcool para impedir o sucateamento da frota atual, estimada em 3,8 milhões de veículos;
- manutenção de estoques estratégicos pelo governo, como mecanismo auxiliar para a segurança do abastecimento do combustível.

Feito isso, temos certeza de que o álcool brasileiro sobrevive no livre mercado e tem condições de colocar o Brasil em situação privilegiada no cenário internacional. Afinal, estamos nos aproximando de um tempo em que a energia renovável e menos poluente ocupará os espaços do petróleo, que além de poluidor tende a rarear e aumentar de preço.

José Pilon é presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – Unica.

DEPOIS DA LIBERAÇÃO DOS PREÇOS

Longe do equilíbrio

O que determinou o desequilíbrio setorial na liberação de preços foi o descompasso entre oferta e demanda de álcool hidratado

PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA

Durante mais de meio século a política de preços para a cana-de-açúcar, o açúcar e o álcool foi prerrogativa do governo federal, que ainda assegurava reserva de mercado para toda a produção realizada, garantindo sua plena comercialização.

O governo assegurava financiamento para a estocagem dos produtos industrializados em conseqüência da sazonalidade de sua produção agrícola, criando um ambiente adequado para sua política intervencionista na fixação dos preços máximos a serem praticados pelos agentes da produção e assegurando a cobertura de seus custos operacionais e a obtenção de uma margem compatível com a atividade.

Esse equilíbrio só foi quebrado a partir de 1985, quando o governo passou a executar uma política de controle da inflação ancorada na contenção dos preços das tarifas públicas, incluindo os combustíveis e por extensão o álcool e a cadeia produtiva do açúcar e da cana-de-açúcar a ele vinculada, restabelecendo parte do nível de remuneração adequado ao setor a partir da implantação do real em junho de 1994.

O contexto institucional intervencionista na política de preços do setor começou a ser abolido em maio de 1977 e terminou em fevereiro de 1999, encerrando um longo ciclo no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, período de significativo surto de